

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.687 - GO (2019/0357175-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : GILMAR CANDIDO DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : GILMAR CANDIDO DA SILVA - GO045545
DANIEL LOUREDO CARDOSO - GO047976
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : TURGERIO DA SILVA VENANCIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de TURGERIO DA SILVA VENANCIO contra decisão monocrática do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que indeferiu a medida liminar formulada no *writ* originário (HC n. 5684013.05).

Noticiam os autos que paciente foi condenado, em 27/3/2019, pela prática do delito previsto nos artigos 121, §§ 1º e 2º, inciso IV c/c o art. 14, II e art. 65, I, todos do Código Penal, à pena de seis (6) anos, sete (7) meses e quatro (4) dias de reclusão, em regime semiaberto. Na mesma ocasião, o Juízo processante revogou a sua prisão preventiva e determinou a baixa do referido mandado.

A defesa afirma, entretanto, que por falhas da Secretaria Judiciária, o mandado de prisão não foi baixado dos sistemas integrados e em 26/11/2019 o paciente foi indevidamente preso. Mesmo após a correção do erro no sistema, a autoridade policial manteve o paciente preso.

Inconformada com a prisão, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário e, como antes relatado, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 22/28).

Nas razões do presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/17), a defesa suscita a ilegalidade da manutenção da segregação do paciente, pois não há ato coator que a respalde. Diante disso, a defesa requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade ao paciente, com a expedição de alvará de soltura, tudo

Superior Tribunal de Justiça

com superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

É o relatório. **Decido.**

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido.

Isso porque é assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo se demonstrada flagrante ilegalidade.

Nesse sentido: AgRg no HC n. 306.319/CE, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015; AgRg no HC n. 288.056/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 12/05/2015, DJe 26/05/2015.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Não é o que ocorre na espécie.

Consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem (e-STJ fls. 18/20) não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal. Isso porque o Tribunal local considerou não ser possível conhecer do pedido por supressão de instâncias, uma vez que o ato coator originário estava sendo praticado, em tese, pela autoridade policial e nenhum pedido de revogação da prisão havia sido formulado ao Juízo de primeiro grau. Confira-se, por oportuno (e-STJ fl. 20):

[...]

De início, ressalto que a liminar, na via eleita, não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.

Superior Tribunal de Justiça

Portanto, para concessão da medida liminar postulada, em sede de Habeas Corpus, se faz necessária a presença simultânea dos requisitos fumus comissi delicti e periculum libertatis, ou seja, exige-se que esteja demonstrado, de pronto, ilegalidade ou após abuso de poder no ato proferido pela Autoridade dita coatora.

No caso em comento, nota-se que o ato ilegal foi imputado à autoridade policial, que apesar de estar ciente da baixa do mandado de prisão, optou por manter o paciente no cárcere.

Além disso, não restou demonstrado nos autos que a situação do paciente foi submetida ao crivo da juíza singular, a qual, ainda não tomou conhecimento dos fatos, tampouco foi provocada a se manifestar sobre a necessidade de manutenção de sua prisão.

Diante do exposto, indefiro o presente pedido, por se tratar de requerimento afeto a outra esfera judicial.

[...]

A análise perfunctória do conjunto probatório carreado aos autos pelo impetrante não evidencia, portanto, a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem de ofício.

Por certo, todas as questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele *mandamus* por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar (em ampla extensão e profundidade) o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Em conclusão, entendo não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

